

O PARADIGMA DO BEM VIVER: DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO À ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Nathan Pereira Dourado ¹

Resumo: Correntemente o conceito de desenvolvimento está associado a uma noção positiva, entendido pela maioria como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Entretanto, nota-se que o fenômeno do desenvolvimento apresenta uma série de contradições em um sistema mundo capitalista moderno-colonial. Na maioria dos casos o discurso desenvolvimentista mascara os interesses do capital, inspira falsas promessas e a sua prática, muitas das vezes, manifesta diversas controvérsias. Propõe-se com este artigo, destacar uma das múltiplas linhas de argumentação no debate contemporâneo sobre o fenômeno do desenvolvimento, empreendida pela corrente teórica do pós-desenvolvimento, a fim de ampliar o quadro de debates atuais, e apresentar o paradigma do Bem Viver como uma possível resposta aos anseios e críticas elaborados pela corrente do pós-desenvolvimento, e como uma proposta de alternativa ao desenvolvimento. Palavras-chave: Bem Viver; Desenvolvimento; Pós-desenvolvimento; Decolonialidade;

Abstract: Currently the concept of development is associated with a positive notion, understood by most as an inexorable process of moving from one situation to another. However, it is noted that the phenomenon of development presents a series of contradictions in a modern-colonial capitalist world system. In most cases developmental discourse masks, the interests of capital, inspires false promises, and its practice often manifests controversy. This article proposes to highlight one of the many lines of argument in the contemporary debate on the phenomenon of development, undertaken by the theoretical current of post-development, in order to broaden the framework of current debates, and to present the paradigm of Good Living as a possible response to the wishes and criticisms elaborated by the post-development current, and as a proposal of alternative to the development. Keywords: Good Living; Development; Post development; Decoloniality

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: npdourado@hotmail.com

Introdução

Correntemente o conceito de desenvolvimento está associado a uma noção positiva – há uma crença na sociedade que o vê como algo benéfico – entendido pela maioria como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Por isso, está presente nos discursos e nas práticas políticas como um poderoso mobilizador (GÓMEZ, 2006), visto que, “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000 p. 61). Deste modo, configura-se como uma noção quase que incontestável ao senso comum – como uma meta universal a ser perseguida – afinal, quem não quer o desenvolvimento?

Entretanto, nota-se que o fenômeno do desenvolvimento apresenta uma série de contradições em um sistema mundo capitalista moderno-colonial. Na maioria dos casos o discurso desenvolvimentista mascara os interesses do capital, inspira falsas promessas e a sua prática, muitas das vezes, manifesta diversas controvérsias (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; RIST, 2002; ESCOBAR, 2007). Podemos observar que o sistema político-econômico atualmente hegemônico – amparado pela ideologia¹ do progresso no passado e do desenvolvimento no presente – vem demonstrando continuamente a sua incapacidade de lidar com suas contradições. Atualmente, há suficientes evidências teóricas e empíricas para a crise do atual modelo de desenvolvimento.

O padrão de desenvolvimento capitalista, em curso no mundo desde o pós-guerra, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico² e avanços científicos e tecnológicos impressionantes; manteve, por outro lado, níveis crescentes de pobreza e fome³, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder⁴, aumento do desemprego, erosão da diversidade cultural, degradação irreversível dos recursos naturais, ameaças permanentes à saúde humana e incontáveis conflitos sociais.

Com a constatação das contradições e dos limites do desenvolvimento, começaram a surgir, a partir da década de 1960, abordagens alternativas de desenvolvimento. O desenvolvimento passou a assumir novos adjetivos e sobrenomes para diferenciá-lo, a partir de reformulações nos discursos e práticas (local, sustentável, territorial, endógeno, humano etc.), porém, permaneceu arraigado nas mesmas bases: capital, mercado, crescimento e modernização, destinadas aos mesmos fins. Eis que o surgimento de novas abordagens e tipos de desenvolvimento têm servido para mascarar os efeitos prejudiciais do desenvolvimento, renovar promessas e promover ajustes necessários para perpetuar a mesma lógica, como meras tentativas de amenizar os efeitos destrutivos do capital em relação ao homem e à natureza.

Em oposição, Gudynas (2011) aponta para o Bem Viver como plataforma política de alternativa ao desenvolvimento:

O Bem Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os seres humanos. Em vez de se discutir “alternativas de desenvolvimento” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 3).

Nesse sentido, diante do atual impasse civilizatório, fruto da (des)ordem capitalista, torna-se cada vez mais necessário repensar o padrão de desenvolvimento hegemônico, a fim de construir um novo tipo de sociedade. Para isso, é preciso promover uma descolonização epistêmica do pensamento, ou seja, empreender uma busca por outras formas de compreensão do mundo, saberes e experiências humanas negadas até hoje pela racionalidade dominante (SANTOS, 2010, 2016).

A partir desse entendimento, propomos contribuir com a crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico. Nosso pressuposto é o de que, para lidar com a atual crise civilizatória, talvez seja necessário realizar mudanças conceituais e estruturais em todos os âmbitos da vida, inclusive questionando os fundamentos da ciência moderna⁵ dominante e superando os tradicionais conceitos de progresso e desenvolvimento.

Acreditamos que, a partir dessa busca, está havendo uma revalorização das culturas, saberes, experiências, instituições e capacidades locais/tradicionais, bem como a resistência dos movimentos sociais em busca de autonomia e emancipação, como suportes para uma transição paradigmática (ESTERMAN, 2012; GUDYNAS, 2011).

5 Como advento da bomba atômica, a ciência moderna mostra que não está, necessariamente, a serviço da vida nem da emancipação humana, conforme a promessa iluminista (PORTO-GONÇALVES, 2016).

A exemplo disso, podemos destacar a noção de Bem Viver, que emerge a partir da visão de mundo dos povos tradicionais, historicamente marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista, os quais, deixados para trás na lógica linear do desenvolvimento hegemônico, resistem e empreendem a empiria de reproduzir a vida fora da racionalidade dominante, manifestando um posicionamento crítico e pluralista.

Pretendo com este artigo dar destaque a uma das múltiplas linhas de argumentação no debate contemporâneo sobre o fenômeno do desenvolvimento, empreendida pela corrente teórica do pós-desenvolvimento, a fim de ampliar o quadro de debates atuais e reforçar a coerência teórica das práticas de resistências e racionalidades alternativas; e apresentar o paradigma do Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento.

Este artigo é resultante de um capítulo de revisão bibliográfica oriundo da minha pesquisa de mestrado. Na primeira seção proponho uma leitura crítica do conceito/fenômeno do desenvolvimento, empreendendo uma discussão acerca de seus limites e contradições, a partir da abordagem pós-desenvolvimentista, evidentemente, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas com o intuito de romper com a inércia estabelecida pelo ideário desenvolvimentista. Já na segunda seção demonstro que o pós-desenvolvimento se distingue de outras formulações críticas do desenvolvimento e que não se trata mais de propor modelos alternativos de desenvolvimento, e sim, de alternativa ao desenvolvimento. Na terceira seção discuto sobre o antagonismo entre desenvolvimento e sustentabilidade. Por último, na quarta seção, apresento o paradigma do Bem Viver como uma possível resposta aos anseios e críticas elaboradas pela corrente do pós-desenvolvimento e como uma proposta de alternativa ao desenvolvimento.

O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: PARA QUÊ E A QUEM SERVE O DESENVOLVIMENTO?

Segundo Sachs (2000 p. 15), desde o seu surgimento, o desenvolvimento tem sido utilizado para alcançar a “ocidentalização do mundo”, invisibilizando a riqueza presente na diversidade de experiências no mundo. Desta maneira, os discursos e práticas desenvolvimentistas desqualificam e deslegitimam outras formas de compreensão sobre a vida, natureza e sociedade, divergentes da concepção dominante. Como consequência, o desenvolvimento tem aprofundado a “economização” – colonização da vida pela economia –, “tanto na consolidação de uma linguagem, a econômica, que busca abarcar todos os discursos sobre a realidade, bem como na forma em que se mercantilizam cada vez mais todos os âmbitos das

relações humanas” (GÓMEZ, 2006, p. 123). Em síntese:

O nó da questão está no que o desenvolvimento executa. Naquilo que ele faz – instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas “de cima para baixo”, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios (RADOMSKY, 2014, p. 170).

Para Sachs (2000, p. 12) “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. Fazendo com que todos os povos caminhem numa mesma direção, em um processo linear, universalizante⁶ e colonizador, cujo modelo a ser seguido é o das nações que “correm à frente”, fundadas na matriz de racionalidade eurocêntrica dominante e na crença do progresso (PORTO-GONÇALVES, 2012). O padrão de desenvolvimento imposto ao mundo a partir de uma visão eurocêntrica “se fez impondo uma matriz energética fossilista com uma presunção universalista eurocêntrica que olvidou outras matrizes epistêmicas que ensejam modos de fazer próprios” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 37).

Diante da atual crise civilizatória⁷ – em que as próprias estratégias do desenvolvimento constituem um fator crucial ao seu agravamento –, teóricos do pós-desenvolvimento (SACHS, 2000, 2002; ESTEVA, 2000; RIST, 2002; ILLICH, 2010; ESCOBAR, 2005, 2007; LATOUCHE, 2010; QUIJANO, 2012) questionam o paradigma do desenvolvimento e os conceitos que o sustentam – baseados em uma visão de mundo eurocêntrico, mecanicista, patriarcal, antropocêntrico, produtivista-consumista etc.

A ideologia do desenvolvimento legitima o seu poder através da elaboração de discursos que se auto constituem em verdades inquestionáveis (GIRALDO, 2014). Em consonância com esse entendimento, Latouche (2010, p. 221) afirma que o uso do termo desenvolvimento: “preenche perfeitamente a missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas”.

1 A partir de Mézaros (1996), interpretamos a ideologia como sendo um conjunto de ideias que usamos para interpretar o mundo a nossa volta. A classe dominante exerce uma ideologia dominante, que acaba sendo o sistema de ideia mais difundido.

2 O crescimento acelerado da economia no pós-guerra (1945-1975) é consagrado na literatura como “os gloriosos trinta anos” (RIBAS, 2010).

3 De acordo com dados do Banco Mundial, estima-se que 83 milhões de pessoas precisaram de assistência alimentar de emergência em 2017, 70% a mais que em 2015. Dados disponíveis no site www.bancomundial.org.

4 Dados do relatório de 2017 da Oxfam sobre desigualdades no mundo, revelam que no mundo, o 1% mais rico da população possui a mesma riqueza que os outros 99% da população, sendo que mais de 700 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza

6 Com base em Acosta (2016) e Sachs (2000), o mercado, o Estado e a ciência têm sido as grandes potências universalizantes de padrões econômicos, sociais, políticos e culturais ocidentais.

7 Entendida como a soma de todas as crises: ambiental, social, econômica, energética, política.

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em função da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, consensualmente, valores e práticas políticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 1996, p. 26).

Dessa forma, os teóricos do pós-desenvolvimento buscam abrir espaço para respostas criativas - fora do paradigma do desenvolvimento - aos atuais desafios que a humanidade está enfrentando. Para isso é necessário descolonizar o pensamento/ação e desvelar os vastos e complexos sistemas de concepção de mundo até então obscurecidos pelas narrativas desenvolvimentistas dominantes.

A corrente teórica do pós-desenvolvimento⁸ conduz à problematização e desconstrução do conceito. Para isso, propõe-se, primeiramente, desnaturalizar o ideário do desenvolvimento e o seu caráter supostamente universal (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; ESCOBAR, 2007; RADOMSKY, 2014). Nesta perspectiva, considera-se o desenvolvimento:

não como algo natural, consubstancial ao devir da humanidade, necessário dentro da dinâmica social, e sim como um objeto construído historicamente, segundo condições concretas de possibilidade, legitimado por certos discursos, sancionado por determinadas pessoas ou instituições, expressado em de-

PEQUENA HISTÓRIA CRÍTICA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO: O SEU CARÁTER GEOPOLÍTICO E CONTRADI-TÓRIO

O desenvolvimento é um conceito que passou a ser empregado oficialmente nos discursos e práticas políticas, após a Segunda Guerra Mundial, com o colapso dos poderes coloniais, e o desencanto com o conceito de "progresso". A partir da motivação política dos países ricos e industrializados - do Norte - liderados pelos Estados Unidos, em intervir para elevar os níveis de desenvolvimento dos países periféricos e "atrasados" - do Sul - e impor uma nova ordem mundial⁹ e um novo ci-

8 Destacamos aqui as principais obras dessa corrente de pensamento: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder, organizado por Wolfgang Sachs (2000 [1992]); La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo, de Arturo Escobar (1998) e The History of Development. From Western Origins to Global Faith, de Gilbert Rist (2002).

9 Em que o padrão de acumulação reforça a condição de-

clo de acumulação do capital (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; ESCOBAR, 2007; RIST, 2002; ACOSTA, 2016).

O conceito assumiu uma ideia atraente, equivalente ao seu antecessor - o conceito de progresso - amplamente utilizado no período colonial, para justificar uma espécie de escala de evolução social¹⁰. Com base em Porto-Gonçalves (2006, p. 64): "a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal". Assim sustenta-se e naturaliza-se a premissa de superioridade de grupos "desenvolvidos" sobre outros "subdesenvolvidos!" e legitima-se as formas de expansão, dominação e imposição de padrões e modelos, por parte dos países ricos, sob o pressuposto de "ajuda aos necessitados" (SACHS, 2000; RIST, 2002; ESCOBAR, 2007; ACOSTA, 2016; SILVA, 2014), de tal modo, tentam impor uma certa igualdade negando a diferença.

Assim, se confunde a luta contra a injustiça social com uma luta pela igualdade conforme uma visão de mundo eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio que a humanidade tenha (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 64).

Ainda com base em Porto-Gonçalves (2006, p.64):

Assim, nos vemos diante de um desses paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial, em que a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca para que todos sejam iguais ao padrão cultural europeu norte ocidental e estadunidense.

A respeito deste padrão cultural "superior", propagado pela ideologia do desenvolvimento, em função da hegemonia assumida pelo capitalismo estadunidense, Gramsci, em 1934 (GRAMSCI, 2008) já o chamava de americanismo, definindo-o como sendo um fenômeno ao mesmo tempo político, ideológico e econômico comandado pelos Estados Unidos.

Para Mézáros (2003), a invenção do desenvolvimento e subdesenvolvimento é uma das principais contradições do sistema capitalista a serem enfrentadas.

Ainda sobre o subdesenvolvi-

pendente dos países pobres e sua inserção periférica (ou semiperiférica).

10 Em que o modo de produção industrial se tornou o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social (ESTEVA, 2000, p.63).

11 Subdesenvolvimento entendido enquanto sub em relação ao modelo eurocêntrico urbano-industrial.

to, Josué de Castro (1973, p. 2) esclarece que:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial.

Dito de outro modo:

O caráter centro-periférico é estruturante do sistema capitalista mundial desde sempre, e se reproduz desenvolvendo o subdesenvolvimento[...] Enfim, o subdesenvolvimento não é um estágio que se supera, mas um polo necessário do processo de desenvolvimento do sistema mundo capitalista que se reproduz reproduzindo essa estrutura centro-periférica (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 242).

Illich (2000) alega que, desde o seu surgimento, o desenvolvimento foi utilizado como estratégia de controle social.

Resultado de um consenso que emergia dos Estados Unidos, segundo o qual a maioria das pessoas são necessitadas, essas necessidades lhes dão direitos, esses direitos se traduzem em habilitação para receberem assistência, e, por sua vez essa assistência impõe determinadas obrigações aos ricos e aos poderosos (ILLICH, 2000, p. 160).

Em consonância com o entendimento do fenômeno do desenvolvimento como sendo um construto histórico (SACHS, 2000; ESCOBAR, 2005; GOMÉZ, 2006), alguns autores datam o início da "era do desenvolvimento" no dia 20 de janeiro de 1949, no discurso de posse do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman, quando menciona a necessidade de levar o conhecimento técnico e científico e o progresso industrial dos EUA a todos os países subdesenvolvidos, lançando o conceito de desenvolvimento como um imperativo global - um apelo para que todas as nações seguissem seus passos, contra a ameaça do comunismo¹² e da condição indigna do subdesenvolvimento¹³ (SACHS, 2000; RIST, 2002; ILLICH, 2000; ESTEVA, 2000; RADOMSKY, 2014; ACOSTA, 2016).

12 Segundo Sachs (2000 p. 13) "A influência então crescente da União Soviética, forçou-o a criar uma visão que atraísse a lealdade dos países em processo de descolonização, garantindo assim seu apoio na luta contra o comunismo".

13 A partir do famoso discurso feito pelo presidente Truman, em 1949, a pobreza e exclusão são interpretadas como efeitos do atraso dos países denominados subdesenvolvidos.

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949 [discurso do presidente Truman]. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido, muito real daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila (ESTEVA, 2000, p. 60).

Com base em Boaventura de Sousa Santos, após a crise do poder colonial:

Quando os países periféricos do Sul global, muitos dos quais antigas colônias europeias, se tornaram independentes e tentaram traçar a sua própria história num mundo pós-europeu, a jornada foi acidentada. Por um lado, Europa e EUA questionaram e desafiaram qualquer tentativa de desvinculação do sistema capitalista, por outro, a União Soviética recusou qualquer alternativa que não a sua (SANTOS, 2016, p. 30).

Desse modo, o colapso dos poderes coloniais forneceu aos Estados Unidos da América a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser a "luz no cimo do monte" (SACHS, 2000; GRAMSCI, 2008). "Lançaram o desenvolvimento como um apelo para que todas as nações seguissem seus passos" (VEIGA, 2006, p.17), exercendo assim uma condução ideológica da sociedade em nível global (MÉSZÁROS, 2003). Por conseguinte, a ideologia do desenvolvimento passou a favorecer a expansão do modo de produção e consumo capitalista, acompanhado de todas as suas contradições (SACHS, 2000; RIST, 2002; GARCIA, 2012; ACOSTA, 2016)

Desde então, a concretização e a expansão do discurso do desenvolvimento se deram "a partir de cima" (SANTOS, 2010), por meio da criação e da implementação de planos, programas, projetos, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento. Através de um aparato de instituições "benevolentes", tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, ONGS etc. (SACHS, 2000; ESCOBAR, 2005; MAX-NEEF, 2012; RADOMSKY, 2014; ACOSTA, 2016). "A euforia produziu uma indústria generosamente financiada de "estudos de desenvolvimento" (MÉSZÁROS, 2003, p. 24).

Na América Latina, a responsável pela concretização deste ideário foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a CEPAL teve o papel de fazer um diagnóstico sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontravam as economias do continente [...]. Cabe ressaltar que a CEPAL não nasce com autonomia decisória dos governos da América Latina, visto que, vinculada à ONU, imperam sobre ela os poderes mandatários da hegemonia dos Estados Unidos (TRANSPADINI, 2016, p. 185).

Fato é que o domínio ideológico do desenvolvimento, exercido através de um aparato de instituições e discursos, propagou o estilo de vida e de consumo estadunidense para o mundo (GRAMSCI, 2008). Nesse sentido, com base na teoria de Gramsci, o desenvolvimento pode ser considerado um aparelho formador de hegemonia.

Com base nas quais as formas de dominação se difundem, generalizando modalidades de convencimento adequadas ao grupo ou fração dominante - convencimento que passa a ser, a partir de então, tarefa permanente e fundamental da burguesia para fortalecer a sua capacidade de organizar o consentimento dos dominados, interiorizando as relações e práticas sociais vigentes como necessárias e legítimas (PRONKO; FONTES, 2012, p. 390).

A base ideológica da ideia de desenvolvimento é tão poderosa que, ao universalizar-se, tornou-se um projeto civilizatório e uma espécie de mandato global que, tanto governos liberais e capitalistas de direita, como os socialistas de esquerda, passaram a perseguir como meta universal. Os governos de esquerda adotaram a lógica produtivista, com a ideia de oferecer para todos aquilo que o capitalismo oferecia somente para alguns (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, havia a crítica à desigualdade do desenvolvimento, e não ao desenvolvimento enquanto tal. Deste modo, os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuíam para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se faria por mais desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 63).

Santos (2016) propõe analisar as contradições e desigualdades no mundo, geradas pelo desenvolvimento capitalista como um "campo de trocas desiguais". Esse entendimento revela que "a prosperidade da Europa foi construída com a transferência de riqueza do Sul global, primeiro das colônias e posteriormente com as lógicas neocoloniais" (p. 41). Afinal, não fosse a América com seus povos e suas riquezas tão importantes, não teria nenhum sentido a sua dominação pelos europeus. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 124)

definem esse fenômeno como uma "geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos". Segundo Mészáros (1996, p. 16), o desenvolvimento dificilmente poderia ser de outro modo, visto que: "a ordem dominante necessita aplicar para si mesmo critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em posição subordinada".

Segundo Celso Furtado (1996 [1974]) o desenvolvimento é um mito - uma manipulação ideológica - que tem mobilizado os povos dos países periféricos a aceitar sacrifícios e justificar as formas de dependência econômica, destruição das culturas locais e exploração predatória dos recursos naturais, em prol do "progresso", via estágios de desenvolvimento. Com base no autor, graças à noção de desenvolvimento:

tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (p.89).

Acosta (2016, p. 48), intelectual crítico do desenvolvimento, corrobora com a tese de Furtado, ao indagar:

Desta maneira, os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do "atraso" e chegar ao desejado "desenvolvimento". Ao longo das últimas décadas, quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muitos poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente "desenvolvimento".

De acordo com Veiga (2006, p. 17), "durante meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do "desenvolvimento". Mas agora esse farol apresenta fissuras sérias e começa a desmoronar". Sachs (2000) corrobora com esse entendimento e anuncia o fim da "era do desenvolvimento":

O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crime foram seus assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma história: o desenvolvimento não deu certo. Além disso, as condições históricas que lançaram o conceito à proeminência se esvaeceram: o desenvolvimento ficou defasado. E, sobretudo, as esperanças e ambições que lhe fizeram alçar vôo estão hoje exaustas: o desenvolvimento tornou-se obsoleto (SACHS, 2000, p. 11).

Com base em Escobar(2005), em síntese, a teoria do desenvolvimento apresenta três períodos, que correspondem a contrastantes abordagens: a teoria da modernização, entre as décadas de 1950 e 1960, sob

a premissa dos efeitos benéficos do crescimento aliado ao capital, ciência e tecnologia; a teoria da dependência nos anos de 1960 e 1970, com a tese de que as raízes do subdesenvolvimento estavam na conexão entre a dependência externa e a exploração interna e não numa suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos; e a terceira fase na segunda metade da década de 1980 e 1990, com o aprofundamento das críticas ao desenvolvimento e com o surgimento de modelos alternativos de desenvolvimento. Escobar, sinaliza que estamos perante um quarto momento na história sociológica do desenvolvimento, no qual se insere a corrente do pós-desenvolvimento que busca romper com o desenvolvimento.

AS NOVAS ABORDAGENS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Com crescimento da descrença sobre a teoria do desenvolvimento - pautado sobretudo no crescimento econômico - começaram a surgir, a partir da década de 1970, posicionamentos críticos em relação ao enfoque economicista do desenvolvimento. Em uma tentativa de reorientar o sentido do conceito, surgiram novas abordagens de desenvolvimento. Passou-se a incorporar a dimensão humana e social ao desenvolvimento, com vistas à melhoria das condições de vida e ao atendimento das necessidades humanas, inspirando valores de cidadania e participação (FURTADO, 2002; SANTOS, 2010; ESTEVA, 2000). Nesse sentido, ressaltam-se os esforços de Amartya Sen (2000), que colaborou para construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹, junto às Nações Unidas, e os indicadores do Desenvolvimento à Escala Humana proposto pelo chileno Manfred Max-Neef (2012). Estas variações conceituais e a produção de indicadores mais complexos, propiciaram frutíferas contribuições para uma análise mais ampla do desenvolvimento, porém padeceram de algumas limitações.

De acordo com Sabourin (2011, p. 25), "o termo desenvolvimento, apesar de inumeráveis qualificativos, deixou de ser um conceito convincente e inovador" e que ao assumir novos adjetivos e sobrenomes para diferenciá-lo, com novas reformulações nos discursos e práticas de desenvolvimento (local, sustentável, territorial, humano, endógeno etc.) permanece arraigado nas mesmas bases: capital, mercado, crescimento e modernização, destinadas aos mesmos fins (GÓMEZ, 2006; RIBEIRO, 2008; QUIJANO, 2012). Estermann (2012, p. 156) e Max-Neef (2012, p. 103) ressaltam que estas novidades que se acrescentam ao conceito de desenvolvimento representam simples melhoramentos "cosméticos" ao modelo; estas de certo modo "enriquecem"

a linguagem de desenvolvimento, porém, sem questionar a fundo o próprio modelo e seus pressupostos filosóficos e civilizatórios.

Eis que o surgimento de novas abordagens e tipos de desenvolvimento servem para mascarar os efeitos prejudiciais do desenvolvimento e promover ajustes necessários para renovar os anseios da sociedade, conforme aponta Gómez (2006, p. 27):

A globalização capitalista neoliberal mantém seu status hegemônico, em função de sua diuturna pretensão de capturar as críticas, de integrá-las, de fazê-las digeríveis ou, se não consegue, de marginalizá-las, desprezá-las, reduzi-las a ruídos que não podem ser decifrados. Nesse sentido, as críticas light, baixas em calorias, fazem um ótimo serviço ao afã legitimador do capitalismo, possibilitando-lhe variantes de discursos e práticas que o sintonizam com os anseios diversos e mutáveis da sociedade (GÓMEZ, 2006, p. 27).

De acordo com Veiga (2006, p.16):

O conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, a acumulação de capital, com todos os seus conhecidos efeitos positivos e negativos. E esse núcleo duro está indissolúvelmente ligado as relações sociais bem particulares que são aquelas do modo de produção capitalista.

O pós-desenvolvimento se distingue de outros pontos de vistas críticos, e alerta para o fato de que todos os esforços de mudança dentro do paradigma dominante visam, antes de qualquer coisa, perpetuar o mesmo sistema (RADOMSKY, 2014), de modo que "as novas roupagens do desenvolvimento - humano e sustentável - não passariam de manobras fraudulentas" (VEIGA, 2006, p. 16).

O principal objetivo dessas críticas ao desenvolvimento é revelar a contradição subjacente, e mostrar que sem esse trabalho de esclarecimento o mesmo modelo de desenvolvimento tende a se reproduzir, sob novas roupagens (LÉNA, 2012, p. 33).

Ribeiro (2008, p. 117) afirma que: "a plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada". São tentativas de amenizar a lógica destrutiva do capital em relação ao homem e à natureza, e continuar com a lógica de crescimento econômico e modernização presentes como principais pontos na agenda desenvolvimentista (RIST, 2002; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000, ILLICH, 2000). Visto desse modo, o desenvolvimentismo apresenta sucessivos fracassos e ajustes, "as promessas se repetem incansavelmente e os experimentos se produzem continuamente. Como explicar que cada fracasso seja a oportunidade para uma nova prorrogação?" (RIST, 2002, p. 35, tradução nossa).

14 Trata-se de um indicador sintético de qualidade de vida, que leva em conta os indicadores de renda, educação e saúde.

Para Gómez (2006, p. 117), o desenvolvimento segue uma espiral nada virtuosa, em que as políticas de desenvolvimento acumulam fracassos contínuos, seguidos de reformulações otimistas que levam a novos fracassos e assim por diante, conforme representado na figura abaixo:

Figura 1 - Espiral (des)virtuosa do desenvolvimento.



Fonte: Organização própria, com base em Gómez (2006, p.117).

Dito de outra forma, as políticas de desenvolvimento que enfatizam o mercado geram um círculo vicioso, até hoje não resolvido: pobreza -> implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil -> aumento da concorrência -> aumento das desigualdades -> mais pobreza (GÓMEZ, 2006, p. 81).

A INSUSTENTABILIDADE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Furtado (1996 p. 86), “se observamos o sistema capitalista em seu conjunto, vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento”. Visto assim, o estilo de vida produtivista/consumista - *american way of life* - criado pelo capitalismo tenderá sempre a ser privilégio de uma minoria, sendo não universalizável por natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Além das dificuldades de acesso, torna-se cada vez mais evidente a impossibilidade - do ponto de vista ecológico - de expansão do sistema capitalista e do estilo de vida consumista, pois:

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico e o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização (FURTADO, 1996, p.12 e p.88).

As críticas ao sistema capitalista existem há muito tempo, mas ganharam força com o apoio e o reforço da crítica ecológica (LÉNA; NASCIMENTO, 2012). Devido às enormes transformações

sofridas no mundo, a partir dos anos 60, os movimentos sociais passaram a alertar sobre os limites da interação humana sobre a natureza. A questão ambiental passou a ser debatida a partir dos anos 60 - até então a natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos¹ -, com o iminente risco de escassez dos recursos naturais e diante de uma longa lista de impactos socioambientais e riscos que a humanidade e o planeta passaram a correr em função de um modelo de desenvolvimento predatório. “A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, 2009, p. 15). Desde então, ocorreram diversos encontros, conferências e tratados mundiais para discutir a crise ambiental e as desigualdades sociais entre nações e dentro de nações, geradas pelo padrão de desenvolvimento capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2006; GADOTTI, 2009; LÉNA; NASCIMENTO, 2012).

Apesar da discussão passar a fazer parte da agenda geopolítica mundial, pouco tem sido feito para reverter esse quadro e impor limites ao crescimento² (SACHS et al., 2002; LÉNA; NASCIMENTO, 2012). Pelo contrário, observa-se a intensificação dos ritmos de exploração da natureza e o surgimento de novas manifestações da crise e riscos ecológicos. O fato é que líderes mundiais e instituições políticas, como a ONU e Banco Mundial, continuam a sustentar o crescimento econômico como o único modelo econômico e de desenvolvimento a ser seguido pelo mundo. Na maioria dos casos, pregam o desenvolvimento de boas tecnologias como solução para os problemas ambientais, “ignorando questões do poder, justiça social, desigualdade e controle comunitário sobre os ecossistemas” (BARLOW, 2012, p. 4).

Observa-se que a institucionalização da problemática ambiental³, induziu à criação de um conceito que transmite uma noção de conciliação entre a lógica capitalista e a crise ambiental, denominado de *desenvolvimento sustentável*⁴. Profundamente ambíguo e controverso (SACHS et al., 2002; DALY, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; LÉNA, 2012; VEIGA 2017), este conceito foi concebido para facilitar o diálogo

¹⁵ “Afim, até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão, e sim uma solução, - o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a questão ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.51).

¹⁶ Dados oficiais revelam que as emissões de dióxido de carbono aumentaram 60% entre 1990 e 2014. Fonte: Centro de Análise de informações sobre Dióxido de Carbono, Divisão de Ciências Ambientais, Laboratório Nacional de Oak Ridge - Tennessee, Estados Unidos. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/>

¹⁷ A Conferência Mundial para debater o meio ambiente, em Estocolmo, em 1971 representa um marco político para a institucionalização da problemática ambiental.

¹⁸ A expressão “desenvolvimento sustentável” foi lançada oficialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em 1992.

entre interesses extremamente divergentes, e como uma aposta na continuidade das relações de produção capitalista. Segundo Sachs et al. (2002 p. 14) “Trata-se de um conceito monumentalmente vazio, que carrega uma conotação vagamente positiva. Por isso, é facilmente usado como veículo de perspectivas contraditórias”.

Em voga atualmente, tornou-se um conceito em disputa, que vem sendo apropriado para perpetuação capitalista com uma nova roupagem - “capitalismo verde” (SACHS et al., 2002; HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; GADOTTI, 2009; LEFF, 2009; VEIGA, 2010; LÉNA, 2012; VIZEU et al, 2012, ACOSTA, 2016). Devemos nos questionar sobre o significado e o alcance desta tal sustentabilidade. Como bem esclareceu Stahel (1994, p. 61): “Ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado”.

Apesar das contradições em torno do conceito, a negação do termo desenvolvimento sustentável exige esforços teóricos para a conceituação de um novo termo compatível com os anseios da crítica ao sistema econômico capitalista. Por exemplo: a partir da controversa teoria do Decrescimento e um amplo movimento em prol do Bem Viver. De todo modo, sabe-se que, certamente, sem uma preocupação social e sem um olhar crítico sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico, o conceito de sustentabilidade esvazia-se de sentido.

Não basta fazer coleta seletiva de lixo, não basta evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo incessante. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB, quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia (LESBAUPIN, 2012, p. 40).

Diante do exposto, torna-se necessário problematizar a questão do desenvolvimento a fundo e questionar a ideologia, a racionalidade e o discurso dominante, assentados no paradigma econômico do crescimento infinito e da acumulação ilimitada, que impõem um sistema de valores regidos pela lógica do capital, o qual tem levado à mercantilização de todas as esferas da vida, em detrimento do bom desempenho social, ambiental e cultural da sociedade como um todo (SANTOS, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2006; LEFF, 2009; VEIGA, 2010; MAX-NEEF, 2012; ACOSTA, 2016).

A EMERGÊNCIA DO BEM VIVER

Diante do cenário de crise civilizatória, a partir do final da década de 1990, as críticas em relação ao fenômeno do desenvolvimento passaram a ser mais acentuadas e as propostas de desenvolvimentos alternativos já não convencem com tanta facilidade, visto que a crença no desenvolvimento foi abalada pela crise (LÉNA; NASCIMENTO, 2012). Nota-se que não adianta mais propor “modelos alternativos” de desenvolvimento, muito menos continuar a propor o “desenvolvimento” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Alguns autores têm defendido o fim da era do desenvolvimento e o início da era pós-desenvolvimentista (ESCOBAR, 2005; LATOUCHE, 2010; SACHS, 2000). “O fracasso do modelo desenvolvimentista não se deve a uma aplicação imperfeita ou inadequada deste, e sim a suas contradições inerentes” (GARCIA, 2012, p. 210).

Romper com o desenvolvimento é, portanto, assumir a existência de outras racionalidades e visões de mundo, espalhadas por diversas experiências de vida ao redor do mundo, distintas do modelo ocidental capitalista. Nesse sentido, com base em Santos (2010), crê-se que a partir das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, emergem, em meio à globalização homogeneizadora, singularidades que foram ofuscadas - como “janelas de oportunidades” - a partir do Sul global¹ (SANTOS, 2016). O lugar e a ecologia dos saberes - diversidade epistemológica - dos povos marginalizados assumem a centralidade a partir da leitura própria do sistema mundo, ainda que na condição de subjugados, e por meio da práxis emancipatória - pensamento/ação insubordinado e crítico (ESCOBAR, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2016).

Nos termos de Max-Neef (2012, p.38):

Setores marginalizados pela crise e naqueles grupos que desafiam os sistemas dominantes de desenvolvimento, é que são gerados processos autônomos [...] É nestes setores onde podemos achar exemplos de comportamentos sinérgicos que oferecem, de alguma maneira, a semente para uma possível resposta à crise que nos ameaça.

Vemos que a partir das próprias contradições do sistema mundo capitalista moderno-colonial, abrem-se espaços para a emergência do novo, das lutas e resistências dos povos que partem das suas condições históricas dadas, do seu tempo presente, daquilo que lhes é possível, daquilo que reconhecem em si mesmo como forma possível para sobreviver.

O Bem Viver (Buen Vivir) - correspondente às noções de “Sumak Kawsay” na língua Quéchuá, “Suma Qamaña” em Aymara e “Nhandereko” em Guarani, as quais representam a ideia de viver em harmonia com a natureza e entre as pessoas - desponta como proposta

¹⁹ O conceito de Sul global refere-se às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2016).

natureza e entre as pessoas - desponta como proposta alternativa ao desenvolvimento¹, a partir da visão de mundo desses povos/sociedades historicamente marginalizadas pelo processo de colonização e desenvolvimento, por conseguinte, na própria tentativa empírica de reproduzir a vida fora da racionalidade capitalista. Sendo assim, o conceito assume um posicionamento crítico e pluralista que visa construir modos de vida e relações de trabalho que não sejam regidos pela lógica desenvolvimentista/capitalista (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016). Silva (2011), aponta para o Bem Viver como opção para “o dia depois do desenvolvimento”:

Se depois de cinco séculos de “progressos” e seis décadas de “desenvolvimento”, a humanidade está mais desigual e o planeta mais vulnerável, se nesse contexto a América Latina foi conduzida ao pódio de região mais desigual do mundo, chegou a hora de substituir o “desenvolvimento” como meta, pelo Bem Viver (SILVA, 2011, p. 86. Tradução livre nossa).

Os autores que discutem o Bem Viver se inserem na corrente de pensamento pós-desenvolvimentista (QUINTERO, 2018), à medida que buscam superar os discursos desenvolvimentistas, incluindo aqueles relacionados a outras formas de desenvolvimento, como o alternativo e o sustentável. Conforme podemos observar no trecho abaixo:

O Bem Viver - isto é fundamental - supera o tradicional conceito de desenvolvimento, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da humanidade - que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo (ACOSTA, 2016, p. 24).

Para Gudynas e Acosta (2011) o Bem Viver representa um projeto político para a construção de alternativas ao desenvolvimento e, portanto, a sua prática expressa uma das respostas possíveis às críticas substanciais do pós-desenvolvimento. De acordo com Merino (2016), o Bem Viver deve ser visto como um conceito que perturba a teoria do desenvolvimento e questiona os limites atuais da nossa imaginação política, pois rompe com a racionalidade ocidental do desenvolvimento: linear, produtivista, utilitarista, antropocêntrico e mecanicista. Um fato interessante é que a maioria das visões de mundo indígenas não concebem um começo ou fim no tempo, não há “desenvolvimento”

20 Ao contrário da visão de alternativa de desenvolvimento que, como já vimos propõe modificações e reformas, sem questionar a fundo as bases conceituais e ideológicas do desenvolvimento, como a crença no crescimento e o mito do progresso (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006; GUDYNAS, 2011).

na medida em que não há uma situação preliminar de subdesenvolvimento (ACOSTA, 2016). Visto assim, o Bem Viver representa um modo particular de conhecer (epistemologia) e de ser (ontologia) no mundo.

Quadro 1 - Uma síntese entre as distintas racionalidades

Desenvolvimento capitalista	Bem Viver
Antropocêntrico	Ecocêntrico
Individualismo	Comunitarismo
Linearidade e progressividade do tempo	Ciclicidade
Competição	Solidariedade
Natureza como objeto a ser dominado e meio de produção	Natureza como organismo vivo, um Bem Comum e fonte de vida: “Pacha Mama”
Crescimento econômico e financeiro ilimitado	Limites ao crescimento.
Livre Mercado	Mercado com vistas a servir à sociedade e não a explorá-la.
Ciência da dominação	Ciência do cuidado
Prioriza o valor de troca da produção	Recupera o valor de uso da produção

Fonte: Adaptado de Estermann (2012).

De acordo com Acosta (2016, p.38): “a proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo² - um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso, síntese das contradições. Para Garcia (2012, p. 210, “o bem viver dá ênfase explícita à escala local-regional, considerando que esta é a mais adequada,

21 Vários séculos de experiências ilustram a impossibilidade de erradicar o capitalismo por meio de uma acumulação de ensaios locais.

tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento, quanto pra concretizar as alternativas”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Bredda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO. 2005b. pp. 133-168.

_____. La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESTERMANN, J. Crisis civilizatoria y Vivir Bien: Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. Polis: Revista de la Universidad Bolivariana, La Paz, v. 33, n. 11, p.149-174, 2012.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-83.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FOSTER, J. B. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p.80-97, jul. 2015.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009. 127p.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para o debate adequado. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de (Org.). Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 201-229.

GIRALDO, O.F. Utopías en la era de la supervivência - Una interpretación del Buen Vivir. Editorial Itaca, México D.F., 2014, 220p.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. - São Paulo: Hedra, 2008.

GÓMEZ, J. R. M. DESENVOLVIMENTO EM (DES) CONSTRUÇÃO: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimento, ALAI, n.462: 1- 20. Quito, 2011.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Utopía y Praxis Latinoamericana. Ano 16. Nº 53 p. 71 - 83. 2011.

ILLICH, I. Necesidades. Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-172.

LATOUCHE, S. Existira uma vida após o desenvolvimento? Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 217 - 230, 2010.

LATOUCHE, S. Convivialidade e Decrescimento. Cadernos IHU, ano 10, n. 166, 2012.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Orth. 7.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. Apresentação. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÉNA, P. Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45-55.

LESBAUPIN, I. Por novas concepções de desenvolvimento. In: ABONG. Por um outro desenvolvimento. São Paulo, Maxprint Ed. e Gráfica, 2012, p. 37-48.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

_____. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003. 118 p

PORTO-GONÇALVES, C.W.P. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 625p.

_____. Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista INTERthesis, Florianópolis, v.9, n1, p. 16-50, 2012.

_____. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: Um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina. Polis: Revista Latinoamericana, Santiago, v. 14, n. 41, p.237-251, 2015.

PRONKO, M; FONTES, V. Hegemonia. In: CALDART, R.S. et.al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

QUIJANO, A. Bien vivir”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. Viento Sur, n. 11/ Madrid, mayo 2012.

RADOMSKY, G.F. Pós-desenvolvimento e Estudos Rurais: notas sobre o debate e agenda da pesquisa. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G.F. SCHNEIDER, S. (Orgs.) Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

RIST, G. The History of Development. From Western Origins to Global Faith. 3rd. Edition. Zed Books. London, 2008

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. Sociologias, Porto Alegre, Ano 13, nº27. 2011, p.24-51.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (ed.) Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.

SACHS, W. et al. Justiça num mundo frágil: Memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2002.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. P. 31 - 83. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

_____. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 24-56

SILVA, J. de S. Hacia el “día después del desarrollo”: Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande, Brasil: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica, 2011. 106 p.

STAHEL, A.W. Capitalismo e Entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.) DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável. INPES/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Ministério da Educação, 1994, p. 262

TRANSPADINI, R. S. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

VEIGA, J. E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva (seade), São Paulo, v. 20, n. 3, p.1-25, set. 2006.

_____. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SELFERT, R. E. Por uma crítica ao desenvolvimento sustentável. Cad. EBAPE. BR, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012